

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

FRANCIANE FERREIRA DA COSTA

*1964 EDITION*

**UMA CONVERSA SOBRE O REGIME MILITAR E AS EDITORAS  
BRASILEIRAS (O CASO ANÍBAL BRAGANÇA)**

NITERÓI

2017

FRANCIANE FERREIRA DA COSTA

*1964 EDITION*

**UMA CONVERSA SOBRE O REGIME MILITAR E AS EDITORAS  
BRASILEIRAS (O CASO ANÍBAL BRAGANÇA)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal  
Fluminense como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia e Documentação.

Orientador: Joaci Pereira Furtado

NITERÓI

2017

C837 Costa, Franciane Ferreira da

1964 edition : uma conversa sobre o regime militar e as editoras brasileiras (o caso Aníbal Bragança) / Franciane Ferreira da Costa. –2017.

63 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Joaci Pereira Furtado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2017.

Bibliografia: f. 61-63.

1. Censura. 2. Editoras brasileiras. 3. Regime militar. 4. Memória. I. Furtado, Joaci Pereira. II. Universidade Federal Fluminense. *Instituto de Arte e Comunicação Social*. III. Título.

CDD 363.31

FRANCIANE FERREIRA DA COSTA

*1964 EDITION*

**UMA CONVERSA SOBRE O REGIME MILITAR E AS EDITORAS  
BRASILEIRAS (O CASO ANÍBAL BRAGANÇA)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal  
Fluminense como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia e Documentação.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Joaci Pereira Furtado (orientador)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Márcia Jurkiewicz Bossy  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Lúcia Rebel Gomes  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

NITERÓI

2017

A Neli e José, para sempre em pensamento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Joaci Pereira Furtado, por me orientar neste trabalho. Por toda atenção, pelas conversas e pela ajuda nessa jornada e por clarear diversas vezes coisas confusas na minha cabeça.

A Aníbal Bragança, razão desta pesquisa, por conceder seu tempo e seu depoimento a mim. Não posso colocar em palavras o quão gratificante foi essa oportunidade.

Aos meus pais, Marcos e Rose, por tudo que já fizeram e sei que farão por mim; não poderia estar aqui se não fosse também pelo esforço de vocês. Sou grata pelos ensinamentos e todo apoio concernente à minha vida acadêmica.

À minha irmã, Franciele, e aos meus familiares que oraram, torceram, mandaram mensagens positivas e incentivaram a elaboração deste projeto.

Aos meus amigos, por depositarem sua confiança em mim, sempre desejando meu sucesso e pelo carinho em todas as vezes em que eu surtava nos últimos meses.

Aos colegas de graduação, por toda vivência e conhecimento adquirido. Apesar de não nos formarmos juntos, continuamos com o mesmo grupo desde o primeiro dia e espero que continuemos nos encontrando pelos eventos dessa vida.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação da UFF, pelas gratificantes aulas. Também aos professores de outros departamentos, como André, Gildete e Wallace, pois ampliaram minha visão dentro do saber profissional e como ser humano.

A todos que, diretamente ou indiretamente, acompanharam minha jornada e contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus – por último, mas não menos importante – pois até aqui Tua mão me ajudou.

Preencha, senhor, todas as suas fronteiras com soldados, arme-os com baionetas para apreender todos os livros perigosos que se apresentarem e, mesmo assim, esses livros, perdoe-me a expressão, passarão entre as suas pernas e saltarão por cima de suas cabeças e chegarão até nós.

*Denis Diderot*



## RESUMO

A presente pesquisa trata de uma conversa entre o regime militar e as editoras de livros brasileiras partindo do recolhimento e análise das memórias de Aníbal Bragança, um editor que foi preso e teve sua editora fechada durante o regime militar brasileiro (1964 a 1985). Contextualiza a censura e sua ação repressiva quanto às editoras de livros brasileiras. Em sua metodologia, foi adotada a história oral como fonte histórica, tendo como elemento central a memória do editor. A coleta do depoimento foi efetuada através de uma entrevista, ponto de vista a partir do qual se entende o que foi aquele período e como a censura se sucedeu em sua editora e livraria chamada Diálogo.

Palavras-chave: Editoras de livros brasileiras. Regime militar. Censura. Memória.

## **ABSTRACT**

The present research is about a conversation between the military regime and the Brazilian books publishers, starting from the recollection and analysis of the memories of Aníbal Bragança, an editor who was arrested and has his publishing company closed during the Brazilian military regime (1964 to 1985). Contextualizes the censorship and its repressive actions on Brazilian book publishers. In its methodology, oral history was adopted as a historical source, having as the central element the editor's memory. The testimony was collected through an interview, a point of view from which one understands what that period was and how censorship took place in his publisher and bookstore called Diálogo.

Keywords: Brazilian book publishers. Military regime. Censorship. Memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Logomarca da Diálogo .....	23
--------------------------------------	----

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 QUANDO AS LEMBRANÇAS AFLORAM: MEMÓRIA E SOCIEDADE .....	18
3 NENHUM GOVERNO É DE PEDRA: UM EDITOR CONTRA A DITADURA..	21
4 O DEPOIMENTO .....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6 REFERÊNCIAS.....	61

## INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil, mesmo após cinquenta anos de seu término, continua despertando interesse. O golpe ocorreu entre 31 de março e 1º de abril de 1964, derrubando o presidente João Goulart, e a ditadura que se seguiu a ele durou 21 anos. Esse período, marcado por repressão e censura – e até hoje sem uma justiça completa, pois ainda existem vítimas desaparecidas –, atingiu diretamente as editoras.

Durante o regime autoritário de 1964 houve o controle da informação. Para isso, Atos Institucionais – instrumentos ditatoriais que suplantavam a Constituição – eram decretados. A partir do ano de 1968 – ano do Ato Institucional 5 – esse controle ficou mais rigoroso, iniciando os “anos de chumbo”. O decreto foi considerado o mais duro golpe na democracia e dava poderes quase que absolutos ao regime militar.

Antes do AI-5, a censura estava incluída entre as medidas que poderiam ser adotadas se "necessárias para a defesa [do regime]", assim como em caso de estado de sítio. Posteriormente, essas medidas coercitivas foram postas em prática sem que fosse declarado o estado de sítio. Com o AI-5 a situação piorou consideravelmente: no mesmo dia da publicação do Ato, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; no dia 15, cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas. (SOARES, 1989, p. 2)

O regime militar – principalmente a partir do AI-5 – acentuou a censura e a vigilância, não permitindo mais ao cidadão todo o acesso a qualquer tipo de informação. Pode-se dizer que a censura foi crescendo gradativamente durante o regime militar. De acordo com Berg (2002, p. 53), a censura é parte da estrutura de poder dominante, como forma de controle da sociedade, visando recriar a verdade segundo interesses e necessidades. Nos primeiros anos da ditadura militar havia

uma tentativa de governar dentro de um sistema constitucional, mas nos anos que se seguiram – a partir de 1968 – o país esteve sob um regime escandalosamente ditatorial. Propiciar acesso à informação era algo que o sistema vigente queria, definitivamente, evitar.

O impacto das ações censórias foi sentido, por exemplo, pela editora Civilização Brasileira, que era um dos poucos canais de expressão para os autores censurados. Como se sabe, as editoras eram espaços de atuação para artistas, escritores e jornalistas, entre outros. De acordo com Reimão (2014, p. 75), o editor Ênio Silveira chegou a ser preso algumas vezes e teve sua editora invadida. A violência com a Civilização Brasileira causou em outros editores a autocensura. O medo fazia com que muitos autores alterassem seus textos por causa da repressão. Por quê? Porque achavam pior a possibilidade de uma apreensão posterior à publicação, então preferiam entregar livros previamente para análise.

Nos meados dos anos 1970, apesar das restrições, a indústria editorial brasileira teve um crescimento. O Estado, com o Instituto Nacional do Livro, investiu pesado em livros didáticos, pois assim a ideologia do regime militar poderia ser propagada mais rapidamente no espaço escolar. Mesmo com a insuficiência de censores impedindo que a escala de censura prévia planejada pelo governo fosse realizada, a repressão às editoras não parou. Criada em São Paulo por Fernando e Claudete Mangarielo, a editora Alfa e Ômega levantava a bandeira da resistência e da independência. De acordo com Reimão (2009, p. 105), eles relataram que havia autocensura dos editores, porque uma edição, sendo apreendida, desmontava financeiramente a empresa. Sabendo disso, mantinham estratégias para cada título que saía da editora, como, por exemplo, dividir em blocos quais iam para a sede da editora, para as livrarias ou outros lugares – como distribuidores regionais nas várias capitais de estados.

É claro que nem todas editoras brasileiras de livros foram alvos de confiscações. Num ponto, temos a editora de Ênio Silveira sendo atacada, em outro, temos a José Olympio<sup>1</sup> sendo responsável por boa parte dos livros didáticos vendidos ao MEC e livre de censura. A Editora Saraiva também foi parte responsável pela publicação de livros didáticos. De acordo com Rocha (2009, p. 7), na década de 70, a Saraiva firmou-se com a publicação de livros didáticos, tornando-se uma das maiores desse segmento.

Diante desse quadro, no percurso de minha graduação em Biblioteconomia, logo surgiu meu interesse pelo período da ditadura militar do ponto de vista da história do livro, interesse algumas vezes incentivado durante certas disciplinas. Sabe-se que esse período é tema de muitos estudos, porém poucos focam diretamente a censura às editoras de livros.

Nesse sentido, por sugestão de meu orientador, resolvi recolher as memórias de um editor de livros censurado e preso pelo regime militar: Aníbal Bragança. O objetivo deste trabalho, pois, é registrar e analisar seu depoimento, pois foi um editor preso pela ditadura e que teve sua editora fechada por ter publicado um livro proibido durante o regime militar.

Aníbal Francisco Alves Bragança nasceu no dia 16 de julho de 1944 em Portugal, na cidade de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro. O seu currículo é rico. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, é mestre em Ciências da Comunicação (Jornalismo e Editoração) pela Universidade de São Paulo e doutor em Ciências da Comunicação também pela USP. Seus estudos são voltados para a área da História do Livro e da Leitura – abrangendo assuntos como história da comunicação, mercado editorial, políticas públicas para o livro e a leitura. Por vinte anos trabalhou como livreiro em Niterói e foi um dos fundadores da Associação Nacional de Livrarias e da Associação das Livrarias e Papelarias do Estado do Rio de

---

<sup>1</sup> De acordo com Rocha (2009, p.6), podemos ver que, marcada pelo sucesso, a editora José Olympio também era famosa por possuir diversas vertentes.

Janeiro. Também foi coordenador geral de pesquisa e editoração na Fundação Biblioteca Nacional.

Entre 1965 e 1966 montou, juntamente com Víctor Alegria e outros sócios, sua primeira livraria, a Encontro. Entretanto, meses depois, Aníbal se separou deles e com outros sócios, Renato Berba e Carlos Alberto Jorge, a livraria passou a se chamar Diálogo, tendo ele como diretor, pondo em prática a proposta de atuar na transformação cultural de Niterói.

Atualmente, Aníbal Bragança é o diretor da Editora da Universidade Federal Fluminense, a EdUFF.

Estudioso do livro e da leitura do Brasil, publicou: *Francisco Alves: o rei do livro* pela EdUSP, *Livraria ideal: do cordel à bibliografia* pela EdUFF e *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros* pela Editora da Unesp. Além disso, enquanto coordenador na FBN, realizou a série *Memórias de livreiros do Rio*<sup>2</sup>. Também é coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Livro e a História Editorial no Brasil (LIHED), na UFF.

Aníbal recebeu alguns prêmios, como o Jabuti 2011 de Melhor Livro do Ano na área de Comunicação, concedido ao livro *Impresso no Brasil*, a Medalha Professor Felisberto de Carvalho, de 2007, e o título de Intelectual do Ano concedido pelo Grupo Mênaco de Cultura.

O presente trabalho será dividido em quatro seções, sendo a primeira delas a presente introdução, que resume do que se trata este documento, apresentando uma contextualização da censura às editoras no período do regime militar e também descrevendo resumidamente quem é Aníbal Bragança. A segunda seção trata da metodologia empregada neste trabalho e descreve as circunstâncias da gravação do

---

<sup>2</sup> Foram debates com livreiros importantes sobre sua formação e desenvolvimento nas práticas de livrarias, mas o projeto foi interrompido com a sua saída, em 2013.



depoimento. A terceira seção compreende a análise do depoimento recolhido. A quarta seção traz a íntegra da transcrição do depoimento gravado em áudio.

## CAPÍTULO 1

### Quando as lembranças afloram: memória e sociedade

A metodologia que adotamos é a da história oral – história oral como fonte histórica, merecedora de credibilidade insuspeita, com valor histórico nem maior e nem menor que o das fontes escritas. Hoje em dia, a história oral é empregada como mais que um complemento para o enriquecimento de uma pesquisa, já que possibilita o aprofundamento de questões através dos depoentes.

Ecléa Bosi (1995), em seu livro *Memória e sociedade*, elucida de forma simples e concisa o conceito de memória, com o qual operarei aqui, mais precisamente, as memórias de velhos. Ela trata os seus depoentes como memorialistas. E o que são estes? De acordo com o dicionário Houaiss (2009, p. 1272) e Ferreira (1999, p. 1315), “memorialista” é autor de memórias; que ou aquele que se entrega demasiadamente a reminiscências e experiências passadas. Quando as lembranças afloram, elas são um trabalho, uma paciente reconstituição. Há uma consciência no sujeito de que está realizando uma tarefa, como diz dona Brites em seu depoimento: “eu ainda guardo isso pra ter uma memória viva de alguma coisa que possa servir alguém” (apud BOSI, 1995, p. 339). Nesse sentido, pode-se entender também que a memória, além de “servir alguém”, pode, em um gesto poético, vencer o esquecimento. Em uma disciplina da graduação trabalhamos um texto (CHAGAS, 2003) que falava exatamente sobre isso. O autor se referia a um chapeuzinho preto, o qual seu filho guardou para o futuro e que o fez perceber que mesmo muito antes da alfabetização surge nas pessoas a noção de que imagens e coisas podem ser âncoras de memórias.

Para Aníbal Bragança, o depoente das memórias que são objeto do presente trabalho, mesmo mantendo uma vida ativa, sempre em contato com sua área de estudo, conceder um depoimento sobre sua vida como livreiro e editor sob o regime

militar não deve ser uma ação simples. De acordo com Bosi (1995, p. 21), “Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia”. E ela acrescenta:

Os velhos já atravessaram determinado tipo de sociedade, viveram quadros de referência familiar e cultura igualmente reconhecíveis... o velho já viveu sua vida. Ao lembrar do passado, ele não está descansando da sua vida cotidiana; ele está se ocupando atentamente do próprio passado. (BOSI, 1995, p. 59)

Assim como nas tribos antigas, onde o velho tinha um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, isto é, a tradição. No presente trabalho, o entrevistado tem um papel parecido: ressuscitar detalhes, discutir, confrontar-se com o nosso tempo.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras. (BOSI, 1995, p. 82)

As lembranças de Aníbal Bragança foram colhidas por meio de uma entrevista, registrada no gravador de voz de um telefone celular. A gravação foi realizada no dia 20 de outubro de 2017, a partir das 15h, na sede da Editora da Universidade Federal Fluminense, na praia de Icaraí, em Niterói (RJ). A gravação foi feita em uma única sessão, sem interrupção para pausas, e Aníbal Bragança falou durante uma hora e meia. Por ter sido gravado no celular, a transcrição foi feita em três dias, durante três horas por dia, em média. Isso acontece porque a forma de escrita não acompanha o mesmo ritmo da fala do depoente, logo foi necessário voltar e pausar o áudio com frequência. Transcrever o depoimento do editor não foi uma tarefa fácil, inclusive a forma escrita não consegue reproduzir fielmente sutilezas da fala. Como Portelli (2012, p. 28) diz:

A posição e o exato comprimento da pausa têm uma importante função no entendimento do significado do discurso, pausas gramaticais regulares tendem a organizar o que é dito em torno de um modelo referencial basicamente explicativo, ao passo que pausas de posição e comprimento irregulares acentuam o conteúdo emocional, e pausas rítmicas muito pesadas lembram o estilo de narrativas épicas.

O elemento central deste trabalho é, pois, a memória de Aníbal Bragança. A memória é o coração do depoimento, já que este se constitui, em sua essência, das lembranças que o editor conseguiu registrar e resgatar sobre os fatos que ocorreram e o reconhecimento de seus personagens. Quanto mais detalhadas e fidedignas forem estas lembranças, melhor será o depoimento. Entretanto, a memória humana não funciona como uma máquina fotográfica ou filmadora. Quando a memória funciona bem, ela pode, sim, registrar e recuperar informações com muita precisão, mas também pode haver perdas – esquecimento parcial ou total de algum evento ou pessoa, por exemplo. Durante a entrevista também foi percebido isso que está apontado no livro de Bosi: os entrevistados não lembram ao certo algum nome, seja de pessoa ou de lugar, ou têm incerteza acerca de alguma informação. Entretanto, quando se trata de lembranças como essas, não é a exatidão das informações o que importa, mas o que o depoente passa e sente sobre o que lembra e como ele o faz.

Como diz Bosi (1995, p. 68), “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória”. Os esquecimentos, lacunas, silêncios, lapsos das entrevistadas são o selo da autenticidade. A fala emocionada e esfacelada carrega inúmeras significações que nos aconchega da verdade. A tradição oral consolida relações entre as pessoas e é fruto do diálogo.

## CAPÍTULO 2

### Nenhum governo é de pedra: um editor contra a ditadura

Para o começo da conversa, a primeira questão formulada voltava-se para o Aníbal leitor e sua formação. Sua resposta inicial logo me marcou, dizendo que “os livros fazem parte da minha vida e minha vida deve muito aos livros”. Sabemos que a prática da leitura muitas vezes começa em casa, mas Aníbal não vem de uma família de leitores, então esse papel foi exercido – e muito bem – pelos professores de sua escola. Para Bamberger (2000, p. 92), “o desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante, que principia no lar, aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continua pela vida afora através das influências da atmosfera cultural geral e dos esforços conscientes da educação”. O depoente destaca um professor, descrevendo suas ações dirigidas a quem lesse algum livro ou fizesse redações, e esse é um ponto importante, pois o ato da leitura inicialmente depende das ações e estímulos que despertem o interesse e o prazer de ler. Milanesi (2003) diz que as bibliotecas devem ser a “casa da invenção” e gerar a necessidade da transformação a partir de ações culturais. Um centro de cultura, uma biblioteca, não abriga somente objetos, mas pode ou deveria estimular as mais diversas formas de expressão cultural.

O que vemos hoje em dia em diversas escolas são bibliotecas usadas como um “canto de castigo” e com seu espaço mal aproveitado, subutilizado. Alunos entram nas bibliotecas de suas escolas somente porque algum professor pediu a leitura de um livro – geralmente clássicos da literatura como, por exemplo, *Memórias póstumas de Brás Cubas* –, tornando o que poderia ser uma leitura prazerosa em obrigação. Em ambientes assim não há verdadeiramente um bibliotecário voltado para o incentivo à leitura.

Aníbal Bragança também destaca o fato de encontrar a Biblioteca Pública Estadual de Niterói em frente à sua escola, assim como sua fascinação pelos livros, o que acabou criando nele a vontade de ser bibliotecário e, depois, livreiro. Conforme os anos foram passando, Aníbal vivenciou diversos tipos de leituras, sejam autores brasileiros ou estrangeiros, como ele mesmo lembra. Encaro isso como resultado de uma construção de leitura bem sucedida. Seu desenvolvimento na leitura é constatado quando não se limita a falar apenas de autores e títulos que marcaram a sua adolescência. Assim que acaba de falar destes, aborda nomes importantes para sua vida acadêmica e para o seu campo de estudo também.

A segunda pergunta questionava a razão de ele se tornar editor. Formulei essa pergunta porque assim como temos influências de leituras em nossas vidas, existem pessoas também que nos motivam a ser ou fazer algo. Aníbal diz que “Era uma, vamos dizer assim, uma decorrência natural do trabalho do livreiro”. Teve como referência Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira, que, assim como Aníbal, era engajado na luta pela cultura do país. E não foi somente isso. A logomarca da Diálogo era parte de um *slogan* da Editora Paz e Terra, que tinha como um dos seus proprietários Ênio Silveira.

Bragança afirma que o nome da livraria e editora, “além de expressar uma aliança entre cristãos e marxistas no enfrentamento da ditadura, fazia parte de um *slogan* da Editora Paz e Terra, ‘uma editora a serviço do encontro e do diálogo’”. (REIMÃO, 2016, p. 127)



Figura 1: Logomarca da Diálogo Livraria e Editora

Desde o início Aníbal se mostrou interessado em dinamizar a vida cultural da cidade de Niterói, de ajudar no crescimento da cidade em que vivia. Ele veio de Portugal, e Niterói foi a cidade na qual criou raízes e pela qual quis fazer algo. Assim, vejo em Aníbal uma vontade de gerar mudanças independentemente da área de atuação profissional; fez isso com Niterói, ao criar a Diálogo Livraria e Editora e, por meio desta, publicar *O Estado e a revolução* de Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido pelo pseudônimo Lênin (1870-1924), que inaugurou a editora, com a visão de “contribuir para uma conscientização para a derrubada do regime militar”.

A terceira pergunta foi a respeito das experiências nas livrarias pelas quais ele passou e quais foram, e ele respondeu de pronto: “Olha, eu sempre criei as livrarias nas quais eu trabalhei”. Lembrou a Livraria Encontro, que mais para frente virou a Diálogo, para a qual chamou dois amigos – Renato Silva Berba e Carlos Alberto Jorge – para serem seus sócios. Da Diálogo conseguiu abrir duas filiais e, de 1975 a 1985, criou a livraria Pasárgada, em Icaraí, a qual acredita que tenha sido a mais importante para ele, e a Sebo Fino – atividade que acha muito interessante –, onde seus irmãos também trabalhavam.

A questão quatro perguntava “Por que você optou por uma linha editorial que publicava livros de esquerda, mesmo sob o regime militar?”. Formulei essa questão

porque a primeira editora que ele criou foi a Diálogo e, logo em sua primeira publicação, escolheu opor-se ao regime militar, independentemente das consequências. Aníbal disse que “a razão, fundamentalmente, era de contribuir para o combate ao governo militar”. Pois “nenhum governo é de pedra, todo governo pode cair e ele é um resultado das lutas sociais e políticas, então eu me colocava junto daqueles que queriam a derrubada do governo militar, até porque era um governo ilegítimo”. O governo era ilegítimo porque partiu de um golpe de Estado e raramente uma ditadura se inicia por meio de eleição direta. Além disso, um regime ditatorial também possui poucos instrumentos de participação popular – como eleições, assembleias, entre outras instituições democráticas – e essas eram características que se encaixavam no regime militar instaurado em 1964. Ainda falando sobre publicar livros de esquerda, Aníbal acrescenta:

Eu tinha começado a faculdade de Economia há pouco tempo, dois anos antes e tinha tido contato com o marxismo, tinha tido contato antes, mas foi na faculdade que pude estudar melhor e é claro que talvez por conta da leitura de *Os miseráveis* eu tinha uma sensibilidade para o social e qualquer pessoa que tenha uma sensibilidade para o social quer transformar a sociedade para que ela seja mais justa, mais igualitária, e com 21 anos a gente não tem muita dimensão dos perigos, dos riscos e tal, a gente vai em frente e houve essa oportunidade.

Ele acreditava que, pelo caráter de *O Estado e a revolução* – que mostrava como atuar socialmente, politicamente, para a derrubada de um governo e a construção de outro Estado – seria muito bom publicá-lo naquele momento “principalmente porque havia um movimento jovem muito forte contra o regime, um momento de participação dos estudantes contra o governo militar”. Os estudantes foram uma das principais forças de oposição à ditadura no Brasil. De acordo com o site *Memórias da ditadura* (2014), no início de 1960, no Brasil, “O movimento estudantil realizou manifestações, passeatas e atos públicos, organizou debates, congressos e jornais clandestinos”. De acordo com Reimão (2016, p. 137), a edição de 3.000 exemplares de *O Estado e a revolução* não foi suficiente para atender aos pedidos que chegaram de quase todo o Brasil. Mas foi por pouco tempo, já que dois meses depois do



lançamento, foi instaurado o Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, a partir do qual a repressão se intensificou.

O lançamento de *O Estado e a revolução* apenas reforçou o papel desempenhado pela Diálogo:

Naquela época havia esse movimento anticomunista muito forte e esses movimentos viam a livraria como um foco de resistência e um foco de atuação da esquerda porque a gente fazia muitos lançamentos de livros de maneira geral de autores já empenhados também na causa do combate ao governo militar, tínhamos cursos, inclusive de literatura russa, vendíamos livros russos, embora livros técnicos, que era o que era possível vender, fazíamos exposição de arte, cineclube.

Na entrevista concedida a Reimão<sup>3</sup>, Aníbal diz que Victor Alegria – seu sócio na livraria Encontro – o influenciou com seu sonho de construir livrarias como centros de cultura e espaços de sociabilidade, e podemos constatar essa influência ao vê-lo usando sua livraria com diversas ações culturais.

A quinta pergunta questionava quais foram as consequências dessa publicação e o que ele passou na prisão. Aníbal diz que foi protegido devido às características da Diálogo.

Eram três garotos, alguns diriam que eram três garotos bonitinhos, as meninas gostavam muito de ir pra lá e tal, mas não só as meninas, mas também os pais das meninas, as mães... e era uma livraria muito simpática e quando a livraria foi fechada, muita gente se mobilizou para que a gente – que em 1968 tínhamos 24 anos – para que a gente não sofresse muito com a repressão que estava cada vez mais ameaçadora e muita gente sendo torturada e tal.

Foi no cenário da decretação do AI-5 que isso aconteceu.

Nem eu e nem Renato sofremos alguma tortura física e também ficamos somente uma semana... Ficamos no DOPS, que é uma delegacia política, de polícia política, que tinha na Avenida Amaral Peixoto, onde hoje ainda é uma repartição da Secretaria de Segurança

---

<sup>3</sup> Entrevista de Aníbal Bragança sobre a Diálogo Livraria e Editora, concedida a Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery, por email, em 23/09/2014.

do Rio. E... a gente ficou preso e eles naturalmente fizeram perguntas, muitos questionamentos, né? Mas como a gente não tinha e nem eles tinham nenhuma prova de que a gente fosse militante político contra o governo, militante de partido, nós não tínhamos nenhuma relação com nenhum grupo, nem político, nem armado, nem civil, e como houve essa pressão, a gente foi liberado uma semana depois mais ou menos.

Entretanto, a livraria não teve a mesma sorte: “Mas, para a livraria é que foi muito desastroso e a gente acabou entrando numa crise muito grande e tendo que vender a livraria depois para outros empresários”. Houve uma baixa em seu público devido ao fato de a livraria ter sido fechada pela polícia: “[...] ficaram com medo de ir num lugar que foi fechado pela polícia, como se fosse um antro subversivo e tal, então a livraria teve as vendas muito reduzidas e isso acabou refletindo... a gente continuou ainda num processo de crescimento, mas depois não teve como manter”.

A sexta pergunta indaga se a livraria ficou fechada durante o período da prisão ou se ficou aos cuidados de alguém. Aníbal disse: “ficou fechada por pouco tempo, uma semana mais ou menos”. Isso foi um reflexo da falta de provas dos agentes contra a editora.

A questão sete: “O senhor identificou mudanças na editora após o AI-5, em 1968?”. A finalidade da pergunta é verificar se a rotina da editora foi alterada em função do chamado “golpe dentro do golpe”. O entrevistado respondeu: “A gente teve que parar com o projeto, nós inclusive tínhamos um livro chamado *Formações pré-capitalistas*, de Marx, que a gente iria publicar, que já estava sendo traduzido por um colega nosso, traduzido de uma edição francesa, e aí a gente não pôde mais publicar”. Ou seja, o AI-5 e a repressão representaram o fim da editora engajada. “A gente teve que publicar outro tipo de livro”. A Diálogo realizou novas edições de livros didáticos e técnicos a partir de 1969, mas sem caráter político. Como foi dito na quinta questão, a livraria foi vendida e os novos proprietários não tiveram interesse em continuar o perfil “cultural” da empresa.

A questão número oito investiga se houve alguma orientação especial na editora. Do DOPS, de alguém do regime militar, de chegar alguma intimação sobre alguma publicação, a partir do AI-5. Aníbal respondeu: “Não... é preciso a gente entender – porque há uma diferença – entre censura e a repressão. Claro que a censura é uma forma de repressão, mas são coisas diferentes”. Ele ressalta que poucos livros foram proibidos realmente, inclusive *O Estado e a revolução*. “O que havia era que se a gente fazia alguma ação política que incluísse uma publicação, a ação política era reprimida. Mas não havia censura como ‘não pode publicar esse livro’; não, simplesmente o livro era recolhido, mas não era publicada uma portaria, uma coisa que proibisse a publicação”. Aníbal também diz que a maioria dos livros censurados era os pornográficos; em contraponto, Reimão (2013, p. 1396) cita o livro *Programa de saúde: projetos e temas de higiene e saúde*, de Lídia Rosenberg Aratangy, que era uma obra didática que sugeria que os alunos conhecessem as realidades sanitárias da sua comunidade e que pudessem conhecer e adquirir comportamentos nessa área. Foi emitido um veto a esse livro. O veto alegava que as informações contidas na obra poderiam cair em mãos de professores não preparados que as distorceriam. Claramente o governo se sentia incomodado com jovens buscando conhecimento fora dos muros da escola, a consciência política, então era mais fácil cercear o debate. Para Baéz (2006, p. 24), “um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de idéias de uma cultura inteira. Faz-se destruição contra tudo que se considera uma ameaça direta ou indireta a um valor considerado superior”.

No que se refere – ainda – à censura aos livros pornográficos, isso explica por que todo regime autoritário, seja de direita ou de esquerda, costuma ser moralista e se considera defensor dos bons costumes. Alguns militares achavam que a sexualidade era como se fosse uma ferramenta atrelada ao comunismo. Como diz Marconi (1980, p. 18), ao citar palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira, “O sexo é um instrumento usado pelo psicopolíticos para perverter e alienar a

personalidade dos indivíduos”. Boa ilustração disso é lembrada por Reimão (2011, p. 101), que, descreve o episódio envolvendo o Concurso Nacional de Contos Eróticos promovido pela revista erótica *Status*. As publicações vencedoras do certame – uma no ano de 1976 e outra no de 1978 – acabaram sendo vetadas pela censura prévia. Entretanto, no ano seguinte aos seus respectivos vetos para a publicação na revista *Status*, os contos “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, e “O cobrador”, de Rubem Fonseca, foram publicados em livro, sem qualquer censura. O fato de os contos terem sido primeiramente vetados para publicação em revista, mas não em livro, é uma amostra de que a censura, durante o regime militar, teve atuações diferenciadas em relação aos diversos meios de comunicação. Isso exemplifica uma possível hierarquização da censura, ou seja, atuações diversas de acordo com o potencial impacto da produção em questão.

Comentando a repressão à Civilização Brasileira, Aníbal diz:

Agora, a Civilização Brasileira, que tinha uma atuação política através das publicações e através da ação do Ênio Silveira, foi absolutamente reprimida, incendiada, atacada, foi proibida de receber empréstimos de bancos, uma série de ações que o Estado fazia para reprimir a ação política, não propriamente proibir o livro político.

Pode-se perceber que a repressão contra a oposição à ditadura se dá de diferentes formas, dependendo das relações que os que executavam tinham no campo cultural e o quanto essa ação política opositora influenciava a população ou setores estratégicos dela – como os estudantes universitários, por exemplo.

“Houve um movimento que nunca chegou a dar muito certo, nunca se efetivava, que foi o movimento do Estado de exigir que as editoras submetessem os originais à censura antes de publicá-los.” Aníbal, ao falar disso, me remete a Reimão (2011, p. 29), que fala dessa censura prévia: antes voltada para outros aparelhos culturais – como o teatro e a música –, ela se expandiu para o mercado editorial. A

Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, determinava que todas publicações deveriam ser previamente encaminhadas ao Ministério da Justiça para avaliação:

Se alguém tivesse lido um livro, civil ou alguma autoridade, e o considerasse subversivo, poderia fazer a denúncia. Em seguida, um assessor do ministro da Justiça tinha a tarefa de ler o relatado livro e dar seu parecer. Com base nisso, decreta-se ou não a apreensão. (REIMÃO, 2011, p. 30)

A questão nove perguntava se havia uma lista de livros proibidos na editora. Aníbal responde prontamente: “Não, não. Até porque nessa época a gente, o livro não foi proibido, ele foi saqueado, ele foi... enfim... teve muita perseguição”, e acrescenta: “Quem tinha o livro em sua biblioteca era incriminado como sendo subversivo e tal, mas o livro mesmo não tinha nenhuma portaria dizendo que aquele livro estava proibido, pelo menos que eu saiba”. E mais uma vez fala de um livro que lembra ter sido proibido por ter seu conteúdo voltado à sexualidade: “Teve um livro que eu me lembro, que teve que levar até a Polícia Federal aqui em Niterói, que era um clássico, um clássico literário, considerado libertino e tal, que era *Minha vida, meus amores*”, romance erótico atribuído a Henry Spencer Ashbee (1834-1900).

A questão dez, “Como era realizada a editoração de livros que continham assuntos, como, por exemplo, ‘comunismo?’”, foi formulada a fim de verificar se esses termos eram evitados no catálogo da editora. Ele responde que “Não havia nenhuma preocupação de não falar palavras, assim, que pudessem chamar atenção... não me lembro disso. E a editoração era editoração normal, como se fazia...”. Falando de outros veículos informativos:

Na imprensa houve muita censura também e é na imprensa que havia essa preocupação com as palavras. O *Jornal do Brasil* e outros jornais, até o *Estadão* e tal, muitas vezes eles eram censurados, tinha o censor lá dentro do jornal e eles proibiam a matéria e eles publicavam outras coisas ou muitas vezes, como na música, que na música tinha que submeter a letra, aí o compositor evitava certas palavras porque iria passar pelo censor e o censor proibia e tal, no jornal também.

Isso se dava, conforme é possível supor, porque o livro tinha uma circulação mais restrita que o jornal e a música.

A décima primeira questão principiava assim: “Como já falamos, naquele período, editoras como a Civilização Brasileira e a Brasiliense foram editoras de destaque, inclusive a primeira sendo alvo de uma censura árdua...”. Ele logo interrompeu: “O que aconteceu com a Civilização Brasileira foi repressão mesmo. Uma repressão política contra o editor, o dono da editora”. E Aníbal atenta para a diferença entre censura e repressão. “E essa repressão aconteceu de várias maneiras... Ele ser preso não é censura, é repressão. Ele era preso; no outro dia não conseguia dinheiro nos bancos; a editora era incendiada... Tudo isso aí era repressão. Era uma forma de impedir a ação do editor, da livraria, da editora”. E isso reflete o que foi abordado em perguntas anteriores a essa, sobre a gravidade da ação política de uma editora.

Uma coisa é repressão, cujo objetivo é esmagar, impedir que a pessoa ou a editora continue com suas atividades, isso é uma coisa. Outra coisa é um livro que foi censurado, que não se podia mais publicar, não podia mais circular, não podia mais se vender. [...] Um livro podia ser proibido numa editora que não tinha nenhum comprometimento político e não sofreu nenhuma repressão. E outra editora, que poderia não ter nenhum livro proibido – como nosso caso – mas sofreu uma repressão muito grande.

A décima segunda questão foi: “Como você sabia que alguma editora tinha sido repreendida? Digo, por quais meios?”. E ele respondeu: “Às vezes nem aparecia no jornal. A gente sabia por boca a boca, fundamentalmente”. Além do boca a boca, eles dependiam de veículos informativos alternativos: “Sempre existia alguns jornais mais alternativos que publicavam algumas notícias e tal, tiveram vários jornais assim. É claro que depois teve *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, alguns jornais que eram contestadores e publicavam”.

A décima terceira questão indagava se o fato de uma editora sofrer uma repressão tão intensa influenciou em alguma atitude de outros editores, em suas próprias editoras ou até mesmo em Aníbal, como, por exemplo, a autocensura. Ela foi formulada porque, de acordo com a entrevista de Fernando Mangarielo concedida a Sandra Reimão em 2009 (REIMÃO, 2009), se uma edição proibida fosse pega, desmontava financeiramente uma empresa. Aníbal responde: “Esse tipo de repressão, na época, eu acho que não tem como escapar desse clima, desse ambiente de repressão e ignorar que uma ação política como da Civilização pudesse ser feita por outra editora sem fazer repressão. Então é claro que o ambiente todo de repressão era um ambiente que influenciava a vida política e cultural”. Confirmando o que Mangarielo disse: “Claro que a gente percebeu que não estava bom pra nós, que a situação política tinha se tornado desfavorável e com isso nenhum editor queria se arriscar mais de publicar um livro que depois faria com que ele fosse preso, livro sequestrado e tal”.

A questão quatorze: “Como o senhor vê o universo das livrarias atuais, comparado à época em que dirigia as livrarias Diálogo e Pasárgada?”. Para Aníbal, muita coisa mudou:

Eu diria que nesse campo muita coisa mudou pra pior. Hoje em dia, as livrarias se tornaram shoppings, lojas de vender muita coisa, não só livros, mas outros produtos, tanto produtos que já são tradicionais de vender junto com livros, como cadernos, papelaria e tal, como também discos, música, aparelhos eletrônicos e uma série de outras coisas que foram surgindo, fazendo com que as livrarias se tornem shoppings.

Para esclarecer o contraste, o entrevistado conta uma vivência pessoal com um cliente que ia sempre à livraria:

Eu tive um cliente muito engraçado, que dizia assim pra mim, o apelido dele era “Sapo”; era um arquiteto e tal, ele me dizia: “Aníbal, que livro você me receita hoje? Eu estou assim, estou triste...”. Então havia essa coisa, havia uma relação do cliente da livraria com o livreiro como se fosse aquela pessoa que pudesse ajudar o leitor na formação dele, indicando livros que pudessem ajudar na formação cultural do leitor.

Na Idade Média, o bibliotecário e o editor se opunham em funções. De acordo com Martins (2002, p. 90), apesar de os responsáveis pelas bibliotecas ainda não serem considerados como bibliotecários, estes garantiam a manutenção dos acervos e os editores sempre pensaram unicamente em dinheiro e só vieram a pensar em qualidade das obras depois. Febvre e Martin (1992, p. 356) dizem:

Um fato que é importante nunca perder de vista: desde a origem, os impressores e os livreiros trabalham essencialmente com fins lucrativos [...] assim como os editores atuais, os livreiros do século XV aceitam financiar a impressão de um livro apenas se julgarem seguros de poder vender um número suficiente de exemplares em um prazo razoável.

Relacionando com o que Aníbal disse no começo da entrevista a respeito de seu encantamento com os livros e o surgimento da vontade de ser bibliotecário e, em seguida, ser livreiro, dizendo que “é mais ou menos a mesma coisa, porque tanto bibliotecário como livreiro vivem no meio de livros, sendo que o livreiro tem mais autonomia, tem mais possibilidade de construir o seu acervo, o seu estoque na livraria”, ao bibliotecário compete muito mais a formação continuada do leitor, porque, geralmente, é este com quem tem contato mais cedo. Targino (apud SILVA, 1995, p.47) ressalta o quanto “é importante que este contato seja marcado positivamente, pois as representações que as pessoas têm da biblioteca estão, em geral, impregnadas pelas suas experiências enquanto usuários”. A partir dessa formação, nós podemos reconhecer suas necessidades informacionais e trabalhá-las de maneira individual, fornecendo o tipo de informação que aquele leitor precisa. Nós, bibliotecários, lidamos realmente com a mediação da leitura porque a vemos não como um ato de consumo, mas como um serviço. Assim como antigamente, os livreiros e editores tratam livros e leituras como parte do negócio e tomam suas decisões acerca do leitor com base na lucratividade esperada, algo lembrado por Aníbal: “houve uma repercussão muito grande nas livrarias que passaram a vender só livros de grande venda, só best-seller”. Em consonância, Febvre e Martin (1992, p. 181) dizem: “Daí a avidez com a qual os editores procuram as obras de venda certa –



os livros da Igreja, por exemplo, os únicos cuja venda é assegurada em período de crise”.

A penúltima questão era: “Se tratando de gerenciar uma editora no regime militar, o que mudou depois do fim dele?”. Ao que ele respondeu: “O regime militar significava falta de liberdade, repressão à discussão e à difusão de ideias e isso é uma coisa que repercute em qualquer editora, qualquer livraria. Quando não há liberdade, há toda uma preocupação de você ser reprimido, de ser prejudicado”. E acrescenta:

Com o fim o governo militar, essa situação – eu diria com o fim da ditadura militar – essa situação mudou, mudou muito, no sentido de que muitas obras que não tinham sido publicadas antes começaram a ser publicadas. O próprio *Estado e a revolução* foi depois publicado normalmente, sem problema nenhum, por outras editoras.

Na pergunta anterior, durante sua resposta, Aníbal citou a recente repercussão sobre a censura a exposições de artes<sup>4</sup>, por isso incluí em minhas perguntas se ele achava que isso agora, em 2017, também poderia se refletir nos livros. Na literatura – e também no depoimento de Aníbal – sobre o período do regime militar vemos o teatro e a música como grandes alvos de censura, e uma exposição de arte, que também é um espaço cultural, não sairia ilesa. Ele respondeu: “Não, acho que não. Isso aí é uma coisa que tem a ver com esse momento político brasileiro horroroso que a gente tá vivendo. A gente não pode dizer que é uma ditadura, mas é um período em que as pessoas estão sendo muito desqualificadas, quer pelo Estado, quer pela mídia”.

---

<sup>4</sup> Em 26 de setembro de 2017 a interação de uma criança em uma performance protagonizada por um ator nu no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo deu prosseguimento à polêmica sobre a liberdade artística iniciada com a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que acontecia no Santander Cultural de Porto Alegre desde 15 de agosto de 2017, e que foi antecipadamente encerrada em 10 de setembro, pois reações contrárias à exposição, lideradas pelo Movimento Brasil Livre, alegavam que algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e apologia à zoofilia e à pedofilia.

No final de seu depoimento, Aníbal deixa transparecer a gratidão pelo reconhecimento dado à sua trajetória como livreiro e editor e sobretudo como estudante e professor universitário. A vida dele, de fato, tem muita relação com a Universidade Federal Fluminense: “Como a livraria também estava muito voltada para a universidade, ela se encontrava do lado da Faculdade de Economia que era onde eu estudava, né? [...] A minha livraria era muito voltada para os estudantes e professores, então... E a universidade foi criada na década de 60, ela foi consolidada exatamente no mesmo período que eu estava abrindo a editora e a livraria”.

\*\*\*

Dentro do campo biblioteconômico, temos vários autores que seguem determinadas linhas de pensamento sobre a memória e não podemos distinguir a certa ou a errada. Araújo (2009, p. 193) diz:

Ao longo de seu desenvolvimento, a ciência da informação (CI) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes.

Nesse sentido, o depoimento de Aníbal não veio para contestar o que a literatura diz ou não, mas sim para completar, para remeter a uma memória do que foi vivido e hoje devidamente lembrado. Com seu depoimento consideramos os aspectos e impactos sociais, culturais e políticos em sua vida como editor.

A memória na Biblioteconomia é um suporte de entendimento do ambiente em que nossa unidade de informação é inserida. Essas unidades detentoras da disseminação da informação têm, como Murguia (2010, p. 8) diz, “(...) uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares”. Numa sociedade cada vez mais líquida (BAUMAN, 2001) e veloz, onde o fluxo de

informação corre de tela em tela, pararmos para pensar em nossa memória, no que guardaremos e no que devemos rememorar é crucial para a engrenagem informacional.

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a memória pode ser considerada, algumas vezes erroneamente, um ponto não muito importante. Para Pacheco (1995, p. 22), “A facilidade do acesso à informação está suplantando a memória. Hoje em dia os esforços são redobrados na tentativa de livrar o homem do esforço de lembrar. O que importa não é mais conhecer, mas sim ter meios e instrumentos rápidos para acessar o conhecimento”. Acrescentando, Laufer (2000, p. 157) diz: “A ferramenta informática modifica os comportamentos culturais e as atitudes mentais”. Na sociedade atual, as pessoas não se deslocam para buscar informações porque têm – ou julgam ter – tudo em suas telas na *web*. Entretanto, segundo Le Goff (2003, p. 471), pela memória tem-se a propriedade de conservar certas informações, uma vez que ela “procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Essa amnésia social provavelmente trará uma consequência futuramente. Pollak (1992, p. 6) trata a ideia de enquadramento da memória, que é quando os indivíduos criam uma memória seletiva para se lembrar de apenas do que lhes convêm. Mas o esquecimento cobra um preço. “Ai daqueles que se esquecem do seu passado, mesmo do seu passado recente: vagarão e errarão estupidamente sem encontrar a porta de saída que é a reflexão sobre o passado” (BOSI, A., 1995, p. 54).

## CAPÍTULO 3

### O depoimento

A seguir, a íntegra do depoimento concedido por Aníbal Bragança, no dia 20 de outubro de 2017, realizado na sede da EdUFF, em Niterói. Antes de começarmos a gravar, conversamos rapidamente sobre o que consistia meu trabalho e lhe contei a trajetória de minhas escolhas como tema até chegar a ele.

*Você veio de outro país para o Brasil e, antes de a gente começar a falar sobre o Aníbal editor, você pode falar sobre o Aníbal leitor? Como ele se forma, desde criança? Quem o iniciou na leitura? Como? Que livros o marcaram na infância e adolescência?*

Bom, os livros fazem parte da minha vida e minha vida deve muito aos livros. A minha vida como ela é, é resultado das leituras que eu fiz, de algumas leituras importantes, mas a minha família não era uma família de leitores. Eu aprendi a ser leitor com os professores na escola e, principalmente, com o professor Luís Magalhães, no antigo ginásio, já aqui no Brasil. Ele era professor no Colégio Nilo Peçanha, aqui em Niterói, e era um professor muito... muito estimulante para a prática de leitura. Foi um professor que me marcou muito. E acho que ele me influenciou porque ele dava uns prêmios para quem conseguia ler livros e tal, quem conseguia se dar bem nas redações, etc. Na época eu tinha doze, treze, catorze anos, por aí... Acho que foi ele que me estimulou para vir a me tornar um leitor. Eu tinha chegado já de Portugal há algum tempo, antes minhas leituras eram fundamentalmente de escola, leituras de livros didáticos e tal... Então acho que foi Luís Magalhães que teve uma influência aí. Eu tive também – devo reconhecer – uma possibilidade de me aproximar dos livros de uma forma especial. Primeiro como comprador nas antigas feiras de livros que se realizavam na rua, na praça e tal... Hoje continuam existindo, mas na época tinham um papel mais importante, inclusive não

tinha muitas livrarias em Niterói e eu desde que vim de Portugal sempre morei em Niterói, embora tenha morado em São Paulo um tempo, em Friburgo num outro, fundamentalmente minha relação é com Niterói. Agora, teve um outro fator muito importante que foi quando mudei de escola e fui estudar no Liceu, aqui em Niterói, e em frente ao Liceu tem a Biblioteca Pública Estadual, que agora acho que até mudou de nome, mas era a Biblioteca Pública de Niterói. E eu ia estudar lá, ia fazer trabalho lá pra escola e eu achava fantástico ter tantos livros à disposição das pessoas e eu não tinha livros assim em casa e tal, então achava admirável e eu pensei nessa época que seria muito bom me tornar bibliotecário para ter o acesso a todos aqueles livros e depois eu acabei transferindo essa minha ideia de me tornar bibliotecário pra me tornar livreiro. Que é mais ou menos a mesma coisa, porque tanto bibliotecário como livreiro vivem no meio de livros, sendo que o livreiro tem mais autonomia, tem mais possibilidade de construir o seu acervo, o seu estoque na livraria; e eu na época era funcionário de um banco e resolvi, quando encontrei um livreiro como cliente na agência que eu era gerente, me associar a ele. E foi aí que eu criei uma livraria aqui em Niterói, que era filial dessa empresa, chamada Encontro, que depois eu me separei desse grupo e a livraria passou a se chamar Diálogo. E aí eu passei, deixei o banco desde os 21 anos, foi quando comecei como livreiro e fiquei como livreiro até entrar na universidade como professor. Nessa época eu já era aluno aqui da UFF de Economia, depois eu passei pra História. Durante todo esse tempo que eu trabalhava e inclusive era livreiro, eu estudava no segundo grau ou na universidade. E a partir então dos 21 anos, além de leitor, eu me tornei mesmo um profissional do livro. Agora você perguntou dos livros... Como eu disse, tem alguns livros que marcaram a minha vida e me construíram. O primeiro, aquele que eu me lembro, que é talvez o mais marcante, é um livro chamado *Os miseráveis*, de Victor Hugo, que é um clássico francês que você deve conhecer, um livro que, quando eu li, era publicado em dois volumes grossões, mas de maneira geral são publicados... as edições saiam com três ou quatro volumes e já fizeram muitos livros, musicais, baseados nessa história de Victor Hugo. Além desse livro, um livro que me tocou muitíssimo nesse período da

adolescência foi *Encontro marcado*, de Fernando Sabino... Eram jovens assim que querem ser intelectuais... os escritores... Mas depois, em termos literários, eu tive autores que me influenciaram muito que foi Hermann Hesse, que foi um autor alemão que ganhou um Prêmio Nobel, que publicou vários livros que fizeram sucesso no mundo, inclusive no Brasil, dentre eles um livro chamado *O lobo da estepe*, um livro muito importante que eu li quando tinha vinte e poucos anos, tinha um personagem muito forte chamado Hermínia, e aí, quando minha primeira filha nasceu e eu tinha vinte e cinco anos, eu coloquei o nome do personagem na minha filha mais velha. Além de Hermann Hesse, em termos literários, um outro autor que me tocou muitíssimo foi um autor cretense, da Ilha de Creta da Grécia, chamado Níkos Kazantzakis. Ele tem um livro mais famoso chamado *Zorbás, o grego*, que se transformou, que foi filmado de uma maneira fantástica, um grande filme. Tem outro, *A última tentação de Cristo*. Vários filmes baseados em obras dele. Um outro autor mais simples, por um lado, e, por outro nem tanto, chamado Graham Greene, escritor britânico muito importante para mim e... dos brasileiros, acho que o autor que mais me tocou profundamente foi Graciliano Ramos... Eu gosto também de autores mais contemporâneos, vários outros, mas esses que eu falei são os mais marcantes. Mas além dos livros de literatura, tem alguns livros, alguns autores que me formaram como acadêmico, como historiador e esses historiadores eu posso lembrar de Antônio Cândido... de... enfim, tem alguns autores mais acadêmicos, mais de estudos, ensaios e... que todos são importantes... e eu diria que houve uma fase de formação, que Antônio Cândido foi muito importante e tô querendo lembrar... Celso Furtado foi muito importante também... e Nicolau Sevcenko. Mais recentemente, no campo dos estudos do livro tem um autor que foi muito importante nas primeiras leituras, que foi o primeiro que me mostrou que o campo do livro poderia ser um campo acadêmico, foi Robert Escarpit, que tem um livro chamado *Sociologia da leitura* e tem vários outros livros. E, depois, é claro que tem vários estudiosos do livro que são relevantes.

*Você disse que com 21 anos se tornou livreiro. Quando, como e por que decidiu tornar-se editor?*

Foi na mesma hora quando eu criei a livraria, já era livraria e editora. Era uma, vamos dizer assim, uma decorrência natural do trabalho do livreiro. Eu tinha como uma boa referência para mim o Ênio Silveira, exatamente o que você se interessou por estudar, que tinha uma livraria que era muito importante no Rio de Janeiro e também uma editora importante. Então, pra mim, ser editor era uma forma de ter um tipo de intervenção mais ampliada porque eu me tornei livreiro acreditando que ter uma livraria era uma forma de intervir, de contribuir, para o crescimento da cidade de Niterói. Era uma forma de aumentar a vida cultural, de dinamizar a vida cultural, e com a editora esse trabalho podia ser ampliado, no caso, ampliado pro Brasil inteiro. Então eu comecei como livreiro em 1966 e em 1968 eu fiz a primeira publicação, que foi *O Estado e a revolução*, do Lênin, um projeto político de publicação de obras clássicas de esquerda visando contribuir para uma conscientização para a derrubada do regime militar, que tinha havido o golpe de 64 e nos primeiros anos do governo militar, havia uma esperança de que a gente poderia derrubar governo militar e essa derrubada uns pensavam uma forma, outros em outra e o que eu pensava era de uma contribuição pelas ideias; através da leitura, fazer as pessoas agirem mais contra o governo militar.

*Como foi a experiência com as livrarias que o senhor teve? Por quais livrarias passou?*

Olha, eu sempre criei as livrarias nas quais eu trabalhei. A primeira, como disse, foi a livraria Encontro. Essa fez parte de um grupo que tinha o Victor Alegria como presidente e que tinha a livraria em Brasília e no Rio de Janeiro. Aí, quando eu me separei do grupo, essa mesma livraria eu transformei para a Diálogo, a Diálogo Livraria e Editora. Para isso eu chamei dois amigos para serem meus sócios, que foram Renato Silva Berba e Carlos Alberto Jorge, ambos da minha idade, diferença de meses; quando nós começamos todos tínhamos 21 anos, mas um fazia aniversário

antes do outro e tal e... as livrarias... Então teve essa livraria, que foi Encontro e depois Diálogo, a mesma livraria com nomes diferentes; depois criamos duas filiais ainda como Diálogo, depois, com o segundo golpe, o golpe em 1968, o golpe dentro do golpe, houve um arrocho muito grande, a livraria foi invadida, saqueada, eu e Renato fomos presos, detidos, e aí houve uma crise muito grande na livraria e inclusive porque muito dos leitores passaram a ter medo de ir à livraria, outros estavam perseguidos, outros foram pra luta armada, então a livraria entrou em crise. Depois eu criei outra livraria, aqui em Icaraí, que foi a primeira livraria em Icaraí, chamada Pasárgada. Foi uma livraria – talvez a mais importante que eu tive – que foi de 1975 até 1985 ou 1986; foi quando entrei pra universidade como professor. Depois eu tive participação em um sebo... por pouco tempo, meus irmãos trabalhavam nele, era chamado Sebo Fino. Sebo também é uma atividade que me agrada muito, acho muito legal uma livraria que trabalha com livros usados. Foram essas livrarias, fundamentalmente, teve uma ou outra coisa, mas fundamentalmente foi a Encontro, depois a Diálogo, depois a Pasárgada e depois a Sebo Fino.

*Como você já citou a Diálogo e o livro que acabou causando sua prisão... por que você optou por uma linha editorial que publicava livros de esquerda, mesmo sob o regime militar?*

Era exatamente por isso, porque a razão fundamentalmente era de contribuir para o combate ao governo militar. Nenhum governo é de pedra, todo governo pode cair e ele é um resultado das lutas sociais e políticas, então eu me colocava junto daqueles que queriam a derrubada do governo militar, até porque era um governo ilegítimo, tinha derrubado um governo legítimo, era um governo antipopular, que prendia as pessoas, cerceava a liberdade de expressão... então eu queria contribuir para que o governo militar acabasse. Até porque, no início do golpe militar, eles disseram enganosamente que o objetivo era a democracia, redemocratizar o país, livrá-lo do comunismo, eram essas bandeiras, mas que eles iriam entregar o governo aos civis logo. Era uma coisa que eles achavam que estavam livrando o Brasil do comunismo, acho que de uma maneira mentirosa, mas era esse o discurso; acho que



eles queriam mesmo é tomar o poder para servir aos interesses que o golpe atendeu, né? Os interesses americanos, interesses da alta burguesia brasileira, mas eles diziam no início que iriam ficar pouco tempo no poder, que iriam entregar o poder aos civis, eleições e tal. Então estávamos trabalhando para que tivesse eleição, para que assumisse o governo civil. Eu tinha, como disse, sou de 1944, quando comecei a livraria ainda não tinha feito 22 anos em 1966, então eu e meus sócios tínhamos mais ou menos 21 anos... Eu tinha começado a Faculdade de Economia há pouco tempo, dois anos antes e tinha tido contato com o marxismo, tinha tido contato antes, mas foi na faculdade que pude estudar melhor e é claro que, talvez por conta da leitura de *Os miseráveis*, eu tinha uma sensibilidade para o social e qualquer pessoa que tenha uma sensibilidade para o social quer transformar a sociedade para que ela seja mais justa, mais igualitária, e com 21 anos a gente não tem muita dimensão dos perigos, dos riscos e tal, a gente vai em frente e houve essa oportunidade. Eu tinha lido o livro *O Estado e a revolução*, que era um livro do Lênin que mostrava como se atuar socialmente, politicamente, para derrubada e construção de outro Estado, e achei que era um livro que deveria ser publicado naquele momento, que seria muito útil que fosse publicado naquele momento, principalmente porque havia um movimento jovem muito forte contra o regime, um momento de participação dos estudantes contra o governo militar que naturalmente tinha também os artistas, os intelectuais e esse livro que achei que seria uma leitura muito boa para as pessoas como eu... Em 1968 eu tinha 24 anos, pessoas que estavam naquele momento com vinte e poucos anos e que isso seria muito bom e foi! Foi um livro que marcou naquela época as discussões, só que foi muito pouco tempo porque o livro foi lançado em outubro e em dezembro de 1968 teve a edição do AI-5, que foi um endurecimento do regime e um aumento da repressão muito grande. A repressão já tinha sido muito grande em 1964, mas se ampliou muitíssimo em 1968 e com isso a gente estava ali muito vulnerável porque no governo militar já não existia muito o Estado de direito, os militares já podiam fazer o que queriam. Mas depois de 1968 as garantias individuais, tudo foi pro espaço, né? Fecharam o Congresso etc. E aí houve uma repressão muito

grande porque antes do lançamento do livro... e o lançamento do livro só expressou essa atuação da livraria e de mim principalmente como livreiro, porque eu tinha dois sócios, um que não tinha nenhuma militância política, que era o Renato Berba, que ele era um contador, uma pessoa muito legal, muito generosa, foi muito importante para um certo equilíbrio da empresa, e outro, Carlos Alberto, que não era uma pessoa assim, estudante de Direito, mas não era uma pessoa muito engajada politicamente. Na realidade, eu que era o gerente, aquele que definia a orientação da empresa, e eu que tinha mais essa preocupação política então... o que aconteceu depois do AI-5, que logo a livraria foi fechada, já vinha de antes, quando os movimentos de direita, como um que se chamava CCC (Comando de Caça aos Comunistas), tinha outro que se chamava MAC (Movimento Anticomunista)... coisas que hoje a gente pode pensar nesse idiota que é deputado, Bolsonaro, que quer ser candidato a presidente e certamente será, naquela época havia esse movimento anticomunista muito forte, e esses movimentos viam a livraria como um foco de resistência e um foco de atuação da esquerda, porque a gente fazia muitos lançamentos de livros, de maneira geral de autores já empenhados também na causa do combate ao governo militar, tínhamos cursos, inclusive de literatura russa, vendíamos livros russos, embora livros técnicos, que era o que era possível vender, fazíamos exposição de arte, cineclube, cineblube em parceria com o diretório, que eu fui diretor tesoureiro do diretório da Faculdade de Economia, que era um diretório muito ativo politicamente, e a gente tinha uma atividade cultural muito forte, então exibia os filmes lá no diretório, exibia na livraria, que era muito próxima ali da Faculdade de Economia, e esses movimentos foram despertando a ira da direita. Então quando em outubro lançamos *O Estado e a revolução*, que foi um sucesso grande, trouxe até uma cópia desse artigo que saiu recentemente sobre esse lançamento, isso daqui é de 2016, esse livro *Livros e subversão*, o livro vendeu o Brasil inteiro e as acusações, quando eu e Renato fomos presos, que a livraria foi saqueada e fechada pela Política Militar e pela polícia política, o argumento era de que nós tínhamos montado uma rede de subversão no Nordeste, porque quando o livro saiu nós

mandamos para vários distribuidores no Nordeste, que pediram esse livro. Mas não só no Nordeste, no Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, nós mandamos livros para distribuidores e livreiros do Brasil inteiro, né? E esses policiais políticos, esses agentes do DOPS e tal, eles viram isso como se a gente tivesse uma relação com o Partido Comunista e que tivéssemos montando células e abastecendo militantes com livro de esquerda. Na realidade, eu nunca pertenci, nem nenhum dos meus sócios pertenceu, a nenhum partido comunista nessa época, nem de direita, nem de esquerda. Depois, muito tempo depois, eu fui filiado ao PDT, quando o Brizola era o presidente, mas antes nunca tinha me filiado a nenhum partido, então era uma atividade estritamente cultural, a gente não tinha nenhum comprometimento partidário, ideológico sim, mas não partidário.

*Quais foram as consequências dessa publicação? Depois da prisão, o que aconteceu? O que o senhor passou na prisão?*

Olha, eu acho que eu fui protegido porque nossa livraria tinha sido uma primeira livraria, vamos dizer assim, mais moderna, mais dinâmica que existiu em Niterói. Existia outra livraria – que existe até hoje – chamada Livraria Ideal, sobre a qual eu inclusive já escrevi, que era uma livraria que basicamente era um sebo, mas uma livraria com perfil mais conservador e restrita porque quase não trabalhava com livros novos. Nossa livraria não, era antenada com tudo que existia do mais novo e a gente tinha também muito livro importado e as atividades culturais que a gente desenvolvia na livraria também fizeram com que nossa livraria fosse conhecida, não só em Niterói, como no Rio e em outros lugares, e tinha muita gente que gostava da nossa livraria e de nós mesmos. Eram três garotos, alguns diriam que eram três garotos bonitinhos, as meninas gostavam muito de ir pra lá e tal, mas não só as meninas, mas também os pais das meninas também, as mães... e era uma livraria muito simpática, e quando a livraria foi fechada, muita gente se mobilizou para que a gente – que em 1968 tínhamos 24 anos – para que a gente não sofresse muito com a

repressão que estava cada vez mais ameaçadora e muita gente sendo torturada e tal. E logo houve um movimento de várias pessoas, inclusive de um primo do Renato que era militar, tinha nossa gerente, cujo marido era médico também militar, eles se mobilizaram para que a gente não fosse maltratado, vamos dizer assim, fisicamente. E não fomos. Nem eu e nem Renato sofremos alguma tortura física e também só ficamos somente uma semana... Ficamos no DOPS, que é uma delegacia política, de polícia política, que tinha na avenida Amaral Peixoto, onde hoje ainda é uma repartição da Secretaria de Segurança do Rio. E... a gente ficou preso e eles naturalmente fizeram perguntas, muitos questionamentos, né? Mas como a gente não tinha e nem eles tinham nenhuma prova de que a gente fosse militante político contra o governo, militante de partido, nós não tínhamos nenhuma relação com nenhum grupo, nem político, nem armado, nem civil, nem armado, e como houve essa pressão, a gente foi liberado uma semana depois mais ou menos. Durante esse período que ficamos presos houve muitos interrogatórios, muitas ameaças, havia uma ameaça muito grande de que a gente fosse pra prisão da Fortaleza de Santa Cruz, aqui em Niterói, que era uma prisão difícil, que muita gente tinha morrido lá, tinha sido torturada e... isso a gente ficava muito vulnerável a essas ameaças, mas felizmente não aconteceu. O Renato, então, que não tinha nada a ver com política, ele era uma pessoa muito simpática, se deu bem com os policiais e tal e isso tudo ajudou para que a gente não tivesse, assim, consequências físicas graves, nem consequências físicas nenhuma, na realidade. Agora, as consequências psicológicas, essas sempre ficam, né? Na época eu namorava uma professora daqui da UFF e a gente pensou logo em casar, ir pro exterior, fugir dessa situação de insegurança... Acabou que não aconteceu isso, mas ficou, ficaram alguns traumas da prisão. Mas para a livraria é que foi muito desastroso e a gente acabou entrando numa crise muito grande e tendo que vender a livraria depois para outros empresários. A livraria entrou em concordata porque, além dos saques dos livros, que foram saqueados sem nenhuma... sem nenhum conhecimento, levaram livros de Freud, por exemplo, só porque tinha um livro na mesma coleção sobre Marx, e na época havia um

movimento muito grande contra os americanos do Vietnã, contra a guerra do Vietnã, então os livros que falavam disso também foram saqueados e levados. E, principalmente, a situação política; a gente tinha um determinado público, um nicho, que era exatamente de pessoas de esquerda, a maioria de estudantes, professores e essas pessoas foram um tanto mais atingidas do que nós. E depois algumas delas que eram menos politizadas também ficaram com medo de ir num lugar que foi fechado pela polícia, como se fosse um antro subversivo e tal, então a livraria teve as vendas muito reduzidas e isso acabou refletindo... A gente continuou ainda num processo de crescimento, mas depois não teve como manter. E, além disso, nós tínhamos um projeto editorial que publicava outros livros que, dentro dessa linha, dentro dessa coleção, que naturalmente não pode dar continuidade, acabamos publicando outros livros, mais técnicos e didáticos para o vestibular, criamos uma coleção para o vestibular, a *Biblioteca do vestibulando* e tal, que foi a maneira da gente escapar da pressão política... Continuamos a publicar, mas sem nenhum conteúdo ameaçador, digamos assim, para o regime. É claro que uma coisa dessa marca para a vida inteira, mas coisa assim que não posso dizer que me orgulho disso porque nada a ver ficar orgulhoso de ter sido preso, mas não tenho nenhum arrependimento. Era o que a gente podia fazer na época.

*Então nessa época que vocês ficaram presos a editora ficou fechada? Não ficou aos cuidados de alguém?*

Não, mas ficou fechada por pouco tempo, uma semana, mais ou menos. Logo depois eles permitiram que a gente reabrisse.

*O senhor identificou mudanças na editora após o AI-5, em 1968?*

Sim, é isso que falei. A gente teve que parar com o projeto, nós inclusive tínhamos um livro chamado *Formações pré-capitalistas*, de Marx, que a gente iria publicar, que já estava sendo traduzido por um colega nosso, traduzido em uma

edição francesa, e aí a gente não pode mais publicar e esse tradutor inclusive foi preso e até hoje é um dos desaparecidos políticos, então essa edição que a gente tinha planejado, ela não pôde ir adiante. A gente teve que publicar outro tipo de livro.

*Houve alguma orientação especial na editora? Do DOPS, de alguém do regime militar, de chegar alguma intimação sobre alguma publicação, a partir do AI-5? Ou não existiu orientação assim?*

Não... É preciso a gente entender – porque há uma diferença entre censura e a repressão. Claro que a censura é uma forma de repressão, mas são coisas diferentes. O governo militar exerceu a censura mais no teatro e na música do que na literatura. Com relação a música e teatro eles foram terríveis, destruindo peças, uma série de repressões muito violentas. Com relação a livros, embora hoje isso fique meio engraçado, teve muito mais proibição de publicação de livros que eram considerados pornográficos que livros políticos. Por exemplo, *O Estado e a revolução* nunca foi proibido. O que havia era que se a gente fazia alguma ação política que incluísse uma publicação, a ação política era reprimida. Mas não havia censura como “não pode publicar esse livro”; não, simplesmente o livro era recolhido, mas não era publicada uma portaria, uma coisa que proibisse a publicação. Poucos livros políticos foram proibidos, a maioria foram livros de ficção. Alguma ficção política foi proibida, como, por exemplo, *Câmera lenta*, que retratou as torturas, acho que era Renato Tapajós o autor, teve um livro do Alex... esqueci o sobrenome, que era de poesia, mas retratava também a repressão, as torturas... Esses livros foram proibidos. Mas a maioria dos livros proibidos era literatura estrangeira, uma parte também brasileira; tinha uma autora, na verdade, duas autoras que sofreram muita repressão com censura, que era a Cassandra Rios, que tinha uma literatura erótica e de vida sexual e amorosa entre mulheres, e Adelaide Carraro, que era uma outra autora de bastante sucesso na época e era, vamos dizer assim, erótica. Livros eróticos que eram chamados de pornográficos que poderiam contribuir para o que era chamado de maus costumes, contribuir para a dissolução dos valores morais da família, e isso é

que foi mais censurado. Agora, por exemplo, a Civilização Brasileira, eu não me lembro também, pode ter ocorrido e eu não estou lembrado, de nenhum livro que tenha sido proibido, censurado. Agora, a Civilização Brasileira, que tinha uma atuação política através das publicações e através da ação do Ênio Silveira, foi absolutamente reprimida, incendiada, atacada, foi proibida de receber empréstimos de bancos, uma série de ações que o Estado fazia para reprimir a ação política, não propriamente proibir o livro político. Já no cinema, um pouco mais no teatro e mais na música, como Chico Buarque, que teve muita música censurada e vários outros artistas, que isso aconteceu mais. Quem trabalhou mais recentemente no estudo dos livros censurados no período militar foi Sandra Reimão. Ela tem um livro chamado... agora eu esqueci... pelo menos dois livros dela falam da censura a livros e o que mais aparece, eu diria chutando, sem muita certeza, que 90% dos livros foram censurados por serem contra a moral e os bons costumes. Não era por ações políticas. A ação política era reprimida, mas não era proibida num sentido de uma censura. Houve um movimento que nunca chegou a dar muito certo, nunca se efetivava, que foi o movimento do Estado de exigir que as editoras submetessem os originais à censura antes de publicá-los. E esse movimento teve dois autores – que eram os autores mais importantes do Brasil na época – que eram o Jorge Amado e o Érico Veríssimo, que disseram que jamais permitiriam que os livros deles passassem pela censura antes de serem publicados. E aí o governo teve que recuar; acho que se alguém mandou, não ficou na história, né? Um editor mandar um livro para a censura... Porque isso acontecia com a música e acontecia também com as peças de teatro, mas com livros eles não conseguiram emplacar essa repressão, eles proibiam quando o livro era lançado, eles achavam que não podia circular, mas era basicamente livros considerados pornográficos e tal. A maioria era isso.

*Então não existia alguma lista de livros proibidos dentro da sua editora?*

Não, não. Até porque nessa época a gente, o livro não foi proibido, ele foi saqueado, ele foi... enfim... teve muita perseguição. Quem tinha o livro em sua

biblioteca era incriminado como sendo subversivo e tal, mas o livro mesmo não tinha nenhuma portaria dizendo que aquele livro estava proibido, pelo menos que eu sabia. E como o livro fez um sucesso muito grande, ele logo vendeu tudo, praticamente todos os exemplares, então o que eles levaram do estoque, acabou, não tinha mais livro pra vender e não ia fazer outra tiragem porque aí a gente sabia que ele seria apreendido, porque era diferente, ele era apreendido, não era proibido, mas se aparecesse era apreendido. Então não teve isso. Na livraria teve, a livraria que vendia livros de todas as editoras, a gente recebia muitas vezes, recebeu nesse período apreensão de livros que a gente vendia. Teve um livro que eu me lembro, que teve que levar até a Polícia Federal aqui em Niterói, que era um clássico, um clássico literário, considerado libertino e tal, que era *Minha vida, meus amores*, de um autor, se não me engano, inglês, aí a polícia prendeu esses livros em todos os lugares, em todas as livrarias. E esse livro certamente foi proibido, como Marquês de Sade também foi apreendido, esses livros mais, vamos chamar assim, libertários no sentido da sexualidade, eles eram reprimidos e proibidos mesmo.

*Como era realizada a editoração de livros que continham assuntos, como por exemplo, "comunismo"?*

Não havia nenhuma preocupação de não falar palavras assim, que pudessem chamar atenção... não me lembro disso. E a editoração era editoração normal, como se fazia, até porque... a gente sabia que depois do golpe de 1968, a partir do segundo golpe, que haveria uma repressão, a repressão contra qualquer manifestação cultural ou política contrária ao regime e aí ao mesmo tempo houve também o início do movimento armado, né, da guerrilha e aí, as coisas começaram a ficar mais radicais, tanto de um lado quanto do outro. Então a gente também não era inocente, acho que eu e certamente outros fomos inocentes no sentido assim de acreditar que em 1968 a gente poderia derrubar o regime. E aí continuou trabalhando muita gente, havia muita luta no teatro, no cinema, na música... E depois a gente perdeu e aí houve um golpe dentro do golpe pra aumentar a repressão. E a ditadura se prolongou por mais



dez anos, por aí. E aí, naturalmente não houve mais... Na imprensa houve muita censura também e na imprensa é que havia essa preocupação com as palavras. O *Jornal do Brasil* e outros jornais, até o *Estadão* e tal, muitas vezes eles eram censurados, tinha o censor lá dentro do jornal, e eles proibiam a matéria e eles publicavam outras coisas ou, muitas vezes, como na música, que na música tinha que submeter a letra, aí o compositor evitava certas palavras porque iria passar pelo censor e o censor proibia e tal, no jornal também. Mas no caso do livro, o livro tem uma, vamos dizer assim, uma circulação mais restrita do que o jornal e a música, então não tinha tanta repressão quanto a música, a imprensa e o teatro.

*Como já falamos, naquele período, editoras como a Civilização Brasileira e a Brasiliense foram editoras de destaque, inclusive a primeira sendo alvo de uma censura árdua...*

O que aconteceu com a Civilização Brasileira foi repressão mesmo. Uma repressão política contra o editor, o dono da editora, que era o Ênio Silveira, e aí como é que acontecia a repressão? Ele era um político de esquerda que questionou o golpe militar, que escreveu duas cartas tipo epístrofe, ele chamou de epístrofe, *Primeira epístrofe ao general Castelo Branco*, onde questionava o golpe e tal, e ele sofreu muita repressão. E essa repressão aconteceu de várias maneiras... Ele ser preso não é censura, é repressão. Ele era preso, no outro dia não conseguia dinheiro nos bancos, a editora era incendiada... tudo isso aí era repressão. Era uma forma de impedir a ação do editor, da livraria, da editora. Mas eu acho que teve uns poucos livros da Civilização que foram censurados, mas poucos mesmo. Acho que teve um livro... *O ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony... Teve um outro livro, se não me engano o título era *Dez histórias imorais*. Outro livro dele que também era publicado pelo Ênio Silveira, que era *Batalha política na América Latina*, algo assim. Eu suponho, não posso afirmar, a Sandra Reimão que deve saber bem disso, a Civilização – que publicava muitos livros, tinha um catálogo de mais de mil livros – provavelmente ela teve censurado uns cinco títulos, mas a livraria foi saqueada, incendiada, Ênio foi preso,

não podia aparecer, foi preso várias vezes, processado e tal. Toda essa repressão refletiu-se no desenvolvimento da empresa, da editora... Mas é uma outra coisa. Uma coisa é repressão, cujo objetivo é esmagar, impedir que a pessoa ou a editora continue com suas atividades, isso é uma coisa. Outra coisa é um livro que foi censurado, que não se podia mais publicar, não podia mais circular, não podia mais se vender, e às vezes, como, por exemplo, esse livro que falei, era de uma editora que não tinha nada de política! Esse livro *Minha vida, meus amores* era de uma editora chamada Hemus, que era uma editora que publicava livros técnicos, exotéricos e tal, mas publicou esse livro e esse livro foi proibido de circular, foi censurado porque era considerado imoral. A censura a livros foi relativamente pequena, mas a repressão às livrarias e aos editores foi muito grande, sendo que, provavelmente, a Civilização Brasileira era a editora mais importante da década de 60 e ela foi a que sofreu mais repressão. Mas outras editoras menores, mas mais comprometidas politicamente, mais engajadas politicamente, elas foram também muito reprimidas, como foi o caso da Diálogo, mas teve várias outras e esse livro aí – *Livros e subversão* – mostra alguns exemplos de editoras que foram reprimidas, como a Global em determinada época. Algumas das editoras reprimidas elas tiveram livros censurados, mas uma coisa não tinha a ver com a outra, quer dizer, tinha a ver, mas não era necessariamente a mesma coisa. Um livro podia ser proibido numa editora que não tinha nenhum comprometimento político e não sofreu nenhuma repressão. E outra editora, que poderia não ter nenhum livro proibido – como nosso caso – mas sofreu uma repressão muito grande. Por quê? Porque, mais que os livros, o que havia de repressão era contra a ação política, a ação cultural contestadora; e isso acontecia tanto na imprensa quanto no teatro quanto na música quanto nas livrarias ou na literatura, e aí havia uma repressão grande.

*Como você sabia que alguma editora tinha sido repreendida? Digo, por quais meios?*

Às vezes nem aparecia no jornal. A gente sabia por boca a boca fundamentalmente. Não havia, às vezes aparecia alguma notícia disfarçada na

imprensa, mas as pessoas se comunicavam. Sempre existia alguns jornais mais alternativos que publicavam algumas notícias e tal, tiveram vários jornais assim. É claro que depois teve *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, alguns jornais que eram contestadores e publicavam.

*O senhor acha que esse fato de uma editora sofrer uma repressão tão intensa influenciou em alguma atitude em outros editores nas suas próprias editoras ou até mesmo em você, como, por exemplo, a autocensura?*

É... a repressão, que é uma ação normalmente da polícia para reprimir, o que a gente vê hoje acontecendo, como o tráfico, as drogas, armas, tem arrumação da polícia para reprimir o tráfico, comércio de drogas e tal. E esse tipo de repressão, na época, eu acho que não tem como escapar desse clima, desse ambiente de repressão e ignorar que uma ação política como da Civilização pudesse ser feita por outra editora sem fazer repressão. Então é claro que o ambiente todo de repressão era um ambiente que influenciava a vida política e cultural. Diante da repressão, da falta de eleições, da falta... da cassação de mandatos, tudo isso fez com que houvesse um movimento de combate ao Estado via ação violenta, via guerrilha. Então essa repressão acabou criando movimentos que eram contra face desse tipo de repressão; muita tortura, muita prisão, aí havia um movimento de guerrilha para combater os agentes repressivos, agressores. Mas em termos assim, da ação política, claro que a gente percebeu que não estava bom pra nós, que a situação política tinha se tornado desfavorável e, com isso, nenhum editor queria se arriscar mais de publicar um livro que depois faria com que ele fosse preso, livro sequestrado e tal. Então há sempre uma repercussão disso na vida cultural, na vida literária, na vida artística, na vida política.

*Como o senhor vê o universo das livrarias atuais, comparado à época em que dirigia as livrarias Diálogo e a Pasárgada?*

Olha... muita coisa mudou. Eu diria que nesse campo muita coisa mudou pra pior. Hoje em dia as livrarias se tornaram shoppings, lojas de vender muita coisa, não só livros, mas outros produtos, tanto produtos que já são tradicionais de vender junto com livros como cadernos, papelaria e tal, como também discos, música, aparelhos eletrônicos e uma série de outras coisas que foram surgindo, fazendo com que as livrarias se tornem shoppings; acho que isso aconteceu principalmente a partir da FNAC. E o que houve também de muito relevante é que naquela época praticamente não existiam redes de livrarias; existia uma rede chamada Entre Livros, no Rio de Janeiro, que tinha umas seis ou sete livrarias mais ou menos, mas depois surgiram redes como a Siciliano, criada pela Saraiva, que já era editora e livraria de São Paulo há muito tempo, e outras redes... E essas redes expressaram uma transformação no comércio que foi a criação dos shoppings; houve tempo que não havia shoppings, acho que você não viveu isso... e o que acontecia? O comércio era um comércio de rua principalmente e as livrarias também eram na rua e, quando os shoppings foram criados, foi uma coisa por um lado muito boa porque a gente vai ao shopping e tem tudo o que a gente quer, resolve tudo, supostamente tem segurança, ar condicionado e tal, mas é um custo muito grande, o que eles chamam de piso, espaço, espaço pra montar o negócio e com isso houve uma repercussão muito grande nas livrarias, que passaram a vender só livros de grande venda, só best-seller e pouco mais lançamentos e tal. Com a formação de redes, as livrarias começaram a ter condições de exigir das editoras maiores descontos e também a poder – como tinha maiores descontos das editoras – oferecer descontos maiores aos compradores, coisas que as livrarias de rua – que compravam menos – não tinham essas condições oferecidas pelas editoras e por isso não podiam oferecer essas vantagens aos leitores. E com isso houve uma canalização muito grande, uma concentração muito grande para as redes, até porque coincidia com esse movimento de concentração do comércio no shopping. O que ocorreu foi que as livrarias de rua diminuíram muito, isso no mundo inteiro aconteceu assim, no caso do Brasil, que já existiam poucas, muitas delas acabaram e acabou também aquilo também que era a figura do livreiro.

O livreiro era aquele empresário comercial, que tinha escolhido trabalhar com livros por alguma razão que normalmente não era uma razão econômica, era por uma razão ideológica ou por uma razão cultural... Havia uma aspiração de ter uma livraria para fazer ações culturais, não necessariamente políticas, mas culturais. E essas pessoas, esses livreiros – e eu me considero um discípulo dos grandes livreiros que houve no Rio de Janeiro, e eu fui um grande livreiro também –, enfim, recebia as pessoas na livraria e normalmente eu podia oferecer alternativas ao nosso cliente de coisas que muitas vezes nem pensava que existia na livraria e, com o conhecimento que eu tinha dos livros e um pouco de conhecimento também de cultura, eu podia atender a um cliente como livreiro. Eu tive um cliente muito engraçado que dizia assim pra mim, o apelido dele era “Sapo”, era um arquiteto e tal, ele me dizia: “Aníbal, que livro você me receita hoje? Eu estou assim, estou triste...”. Então havia essa coisa, havia uma relação do cliente da livraria com o livreiro como se fosse aquela pessoa que pudesse ajudar o leitor na formação dele, indicando livros que pudessem ajudar na formação cultural do leitor. Eu tenho orgulho de ter contribuído para a formação de vários leitores que, muitas vezes, só liam livros muitos simples e depois começaram a ler obras mais complexas. Essa coisa do “Que livro você me receita hoje?” tem muito a ver com uma das coisas mais antigas, que era a biblioteca do Egito que tinha o nome de Tesouro dos Remédios da Alma. Quer dizer, os livros eram usados, eram lidos como uma forma de desenvolvimento espiritual, desenvolvimento psicológico... Essa coisa de Tesouro dos Remédios da Alma é uma coisa muito poética, eu acho... e naturalmente até hoje aquilo que de uma forma muito mais grosseira se chama de autoajuda, mas continua sendo um grande filão do consumo de livros, né? As pessoas buscam um livro para superar dificuldades, para encontrar caminhos, para sair da vida triste ou infeliz que tem, para uma vida que seja imaginária ou que vá ajudar a refletir, a buscar caminhos, encontrar caminhos, então o livreiro podia fazer isso. É claro que mais comum era pessoas como você chegar e falar que queria fazer um estudo sobre a censura no governo militar e você pode indicar quais são os livros que existem, quais são os autores que trabalhavam

isso. Isso os livreiros sabiam fazer. Hoje, a prática comercial de livros mudou muito. Normalmente, as pessoas atendem na livraria, mas não sabem nada do que tem na livraria, só sabem porque tem um terminal do computador: você dá o título, ele digita, vê se tem e onde está porque ele próprio não sabe daquilo. Muita das vezes ele nem atende, ele só fala pra procurar naquela estante e pronto. Então o comércio de livros perdeu muito desse agente, eu diria polinizador, aquele agente que vai e estimula interesses literários, interesses filosóficos ou políticos nos leitores que frequentam a livraria. Hoje, tudo virou mais automatizado e o comércio de livros – além de ter caído muito, as pessoas hoje leem muito menos livros – também ficou um comércio como, sei lá, qualquer outra coisa... Você chega e pede um sapato 42, marrom e tal... Mas qual o sapato vai me fazer bem pra eu não sentir calo, não sentir cansaço nos pés? Aí ele já não vai saber. Só vai saber aquilo que tá ali, que tá escrito. Ainda existem alguns livreiros, felizmente, mas a maioria deles está em sebos, são pessoas mais velhas e tal que também não acompanham muito o que está saindo agora e tal... Porque também existe uma explosão bibliográfica muito grande e aí não tem pessoa que saiba tudo que saiu sobre todos os assuntos. Eu faria apenas uma ressalva, que a livraria da Travessa tem uma política de formação de livreiros. Eles dão cursos ou mandam as pessoas fazerem cursos, então na Travessa, eu acho que ainda... Porque tem lá o Ruy, que foi livreiro, dono da livraria da Travessa, que foi desses livreiros e ele ainda tem essa preocupação de formar livreiros nos empregados. Mas a maioria das redes não tem essa preocupação.

*Tratando-se de gerenciar uma editora no regime militar, o que mudou depois do fim dele?*

Olha, o regime militar não era uma coisa abstrata. O regime militar significava falta de liberdade, repressão à discussão e à difusão de ideias e isso é uma coisa que repercute em qualquer editora, qualquer livraria. Quando não há liberdade, há toda uma preocupação de você ser reprimido, de ser prejudicado e censura não é uma coisa brasileira, não é só no Brasil, censura existe e não é só uma herança portuguesa,

como muita gente pensa. Quando os portugueses faziam censura de livros no Brasil, todos os outros países faziam censura também e hoje continua havendo censura a livros como, por exemplo, *Minha luta*, do Hitler, que continua sendo um livro problemático em termos de circulação. Existem organizações que não querem que esse livro circule. Na França mesmo tem certos livros que não querem que circulem e aí acontece por várias razões, políticas, religiosas ou morais. Mas quando o regime é um regime de exceção, um regime que não tem um estatuto jurídico que seja respeitado, aí a atividade dos editores e livreiros fica muito... enfim... tolhida. Por exemplo, eu vivi isso e muitos viveram também, da gente não poder vender claramente, nem pra qualquer pessoa, certos tipos de livros porque isso poderia significar uma repressão contra a livraria. O livro era considerado subversivo ou era considerado pornográfico e aí não podia circular, não podia ser vendido. Com o fim o governo militar, essa situação – eu diria com o fim da ditadura militar – essa situação mudou, mudou muito, no sentido de que muitas obras que não tinham sido publicadas antes começaram a ser publicadas. O próprio *Estado e a revolução* foi depois publicado normalmente, sem problema nenhum por outras editoras. Em Portugal, quando acabou a ditadura salazarista, houve uma produção de livros de esquerda fantástica! Porque tudo aquilo que tinha ficado reprimido acabou saindo logo depois que acabou a ditadura. Aconteceu a mesma coisa no Brasil: começou-se a publicar de tudo, em todos os sentidos. Então, a liberdade é fundamental na área editorial, na área dos livros, é fundamental pra tudo, né? A gente tem que ter responsabilidade, tem que ter limites que sejam estabelecidos por lei pra não prejudicar outras pessoas e tal, mas tem que haver liberdade. E a atividade editorial, ela precisa, como qualquer atividade artística, a gente tá vendo agora a censura com relação às exposições, aquela coisa toda imoral, que é libidinoso ou... essa questão sempre vai existir, mas num governo ditatorial é uma coisa absurda sobre as pessoas. Ninguém sabe direito o que pode fazer, pode ser reprimido, pode ser preso, pode ser morto, pode ser torturado... Que é muito diferente de um Estado democrático de direito, que as pessoas podem ser processadas, até punidas e tal, mas tem a Justiça

pra definir, pra pessoa se defender, pra pessoa ser julgada. Então... ditadura nunca mais! Não sei se você estava pensando, você não tem cara disso, mas se você estava pensando em votar naquele idiota... por favor...

*O senhor disse isso sobre as exposições... Você acha que isso agora em 2017, 2018, também pode se refletir nos livros?*

Não, acho que não. Isso aí é uma coisa que tem a ver com esse momento político brasileiro horroroso que a gente tá vivendo. A gente não pode dizer que é uma ditadura, mas é um período em que as pessoas estão sendo muito desqualificadas, quer pelo Estado, quer pela mídia, e tem uma coisa que é meio fetiche ao contrário, que é a questão da pedofilia. Essa coisa acabou ficando uma ameaça moral e tal. Claro que é horroroso, claro que é uma coisa para se reprimir mesmo, mas utilizar essa coisa de pedofilia porque uma criança foi com a mãe e tinha um homem nu e ela tocou nas mãos ou nos pés da pessoa e isso aí é um incitamento à pedofilia, isso é um exagero, uma maluquice! Até porque quem é pedófilo é o adulto, não é a criança que é pedófila. Então, a criança tocar nas mãos ou pés na presença da mãe, isso é uma aula de biologia, anatomia, não tem nada de imoral, nada de pedofilia... Isso aí são as viúvas da ditadura que ficam querendo ver sempre um risco de imoralidade e tal.

*Eu acabei minhas perguntas, então se o senhor quiser fazer algum comentário, adicionar algo... está livre.*

Eu só queria agradecer ao Joaci de ter achado que seria uma boa sugerir a você que fizesse essa entrevista e fizesse o trabalho sobre essa editora que era uma editora pequena de Niterói, coisa que em termos de Brasil é quase sempre um subúrbio, as coisas acontecem no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife ou Salvador e... O reconhecimento dessa ação política na editora em Niterói eu tive a satisfação de ver nesse estudo que vou passar pra você, que tirei uma cópia e vou te dar. E aí isso já foi



uma coisa boa, livro de circulação nacional... É como que colocar a editora Diálogo junto de outras editoras de esquerda no Brasil, que na sua ação contestaram o regime militar e isso como memória é uma coisa boa. Pra mim, eu que tô na universidade desde 1966, portanto há mais de 50 anos, quando entrei pela primeira vez como aluno, depois fiquei 29 como professor, agora tô como diretor da editora... Então a minha relação é muito intensa, muito forte, muito marcante na minha vida. Então ter esse estudo, esse registro dessa ação é uma coisa boa, é uma coisa que acho que é boa pra história da universidade e pra minha própria história. Recentemente saiu uma tese que fala sobre a universidade, sobre o desenvolvimento da UFF, a formação da UFF no governo militar, que cita também a atuação da Diálogo dentro da universidade. Na época, tinham Centros de Memória, acho que continuam existindo no curso de História, em que foi feito também um trabalho sobre como a universidade sofreu o golpe militar, a repressão e tal, e eu também dei um depoimento porque também, como eu era um estudante da universidade e como a livraria também estava muito voltada para a universidade, ela se encontrava do lado da Faculdade de Economia que era onde eu estudava, né? Ali em frente tinha um pouco antes o Instituto Biomédico, mais adiante a Faculdade de Direito, do outro lado a Escola de Serviço Social, tinham outros dois colégios que hoje em dia é onde está o IACS. A minha livraria era muito voltada para os estudantes e professores, então... E a universidade foi criada na década de 60, ela foi consolidada exatamente no mesmo período que eu estava abrindo a editora e a livraria. Então a minha vida tá muito relacionada com a história da universidade. Tudo isso me deixa contente... Se bem que eu tô velho demais pra ficar buscando coisas, reconhecimento e tal, mas é sempre bom, eu acho legal, porque isso tudo foi feito com o sentido político, no melhor sentido. Eu não tinha nenhuma outra aspiração, nunca fui de trabalhar nisso porque vou ganhar dinheiro, porque ficaria rico. Não fiquei rico, nunca foi meu objetivo... mas fiz história. Me sinto muito feliz e realizado das poucas coisas que eu fiz, mas que de qualquer maneira contribuíram para essa história. E aí, como meu campo profissional tá muito relacionado à universidade, eu acho muito bom e espero

que você faça um bom trabalho. Se tiver alguma dúvida, algo que você precisar, mais alguma informação, pode mandar uma mensagem pra mim que me coloco à disposição de ajudar no que for possível.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve a intenção de trazer à luz como a atuação da censura junto às editoras brasileiras durante o regime militar, elegendo especificamente o caso da editora Diálogo por meio da memória de seu editor, Aníbal Bragança. Através do depoimento relatado, e com base na contextualização que embasa o trabalho, pôde-se atingir, juntamente com a análise das informações apuradas, o objetivo proposto inicialmente.

Durante a análise do depoimento foram apontadas questões acerca da prática de leitura, escolas e bibliotecas, a contribuição de Aníbal para o combate ao regime militar – e suas consequências –, a diferença entre censura e repressão, assim como também a censura seletiva, a autocensura, a diferença entre as livrarias atuais e livrarias dos anos 1960 e as mudanças após o fim do regime militar.

Como vimos ao longo deste trabalho, a fonte oral é um instrumento com valor histórico tanto quanto a fonte escrita. A história de vida é um instrumento para avaliar os momentos de transformação. Através desse trabalho de reconstrução da memória, reconstrução de si próprio, o sujeito possui lacunas que eventualmente surgem durante a entrevista, mas que nem sempre significam “brancos” e sim uma reflexão sobre seu passado. Memória é trabalho, trabalho da memória.

Pode-se concluir, através da leitura do trabalho, que as ações de repressão às editoras brasileiras de livros foram inúmeras. Além das leis que cerceavam a informação (Decreto 1077 e AI-5), apreensões de obras, ataques e incêndios também se fizeram presentes. É importante ressaltar que não se deve confundir censura com repressão. Em outros aparelhos culturais, como o teatro e a música, a censura era definida, já que o alcance desses meios era maior. Por exemplo, uma peça não podia ser encenada ou alguma palavra ou verso da letra de música precisava ser trocada. O Estado estava interessado em reprimir a ação política, não propriamente o livro.

No romance *1984*, de George Orwell, a história se passa num futuro distópico onde o Estado impõe um regime extremamente totalitário, através da vigilância permanente do Grande Irmão, de cujo poder ninguém escapa. Podemos ver semelhanças entre o romance e o período do regime militar brasileiro, onde também qualquer tentativa de reação era sufocada. O caso da editora Diálogo, publicando *O Estado e a revolução*, que acarreta a prisão do editor Aníbal Bragança, é bem um exemplo disso.

O esquema do regime militar produzia uma transformação totalmente negativa nas relações pessoais e trazia a restrição à produção e à disseminação da cultura. O regime ditatorial não poupou esforços para impedir e limitar o espaço reservado para novas ideias.

Lançando um olhar de bibliotecário, é importante ter claro nosso papel de disseminador e incentivador de velhos e novos conhecimentos, sempre lutando para que a ciência, a sabedoria, a produção sejam disseminados e aproveitados pelas inúmeras gerações aqui presentes e que ainda estão por vir.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009.
- BAÉZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: Edufscar, 2002.
- BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIN, Gerd. et al. **Cultura brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2088471544837209>>. Acesso em: 07 set. 2017.
- BRASIL. Governo Federal. **Portal da Legislação**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 07 out. 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Marina Baird. **Aurélio, Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2009.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

LAUFER, Roger. Novas ferramentas, novos problemas. In: **O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAUES, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 91-104, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142014000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Estudantes**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

MURGUIA, E. I. Apresentação. In: MARANON, E. I. M. (org.) **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2003.

PACHECO, Leira Maria Serafim. Informação enquanto artefato. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.20-24, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. [s.l.], v. 14, set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 07 out. 2017.

REIMÃO, Sandra. Livro e prisão: o caso Em câmara lenta, de Renato Tapajós. **Em Questão**, v. 15, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. **Livros e subversão: seis estudos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. O livro Programa de saúde: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, supl., nov. 2013, p.1393-1401.

\_\_\_\_\_. **Repressão e resistência: censura e livros na ditadura militar**. São Paulo: USP, 2011.

\_\_\_\_\_. "Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.

ROCHA, Rosa Edite da Silveira. O livro no Brasil, uma perspectiva histórica das editoras brasileiras. **Universidade Metodista de São Paulo**. São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Carolina Carvalho. **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2016.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 4, n. 10, jun. 1989.